



6. A Cidade nas Crônicas de João do Rio*

Iza Quelhas^I

As crônicas de João do Rio (1881-1921), no livro *A alma encantadora das ruas* (1908), apresentam cenários e personagens em lugares bizarros e inconcebíveis, desenham territórios periféricos, amplificam os limites de uma cidade que apresentava no início do século 20 efetivos processos de exclusão e de favelização.

Palavras-chave: João do Rio; crônicas; *A alma encantadora das ruas*; cidade.

The chronicles by João do Rio (1881-1921) in the book *A alma encantadora das ruas* (1908) present sceneries and characters in inconceivable and bizarre places, denounces and amplifies the limits of a city that presented, in the beginning of the twentieth century, exclusion and outskirts allocation effective process.

Keywords: João do Rio; chronicles; *A alma encantadora das ruas*; city.

A cidade e a favela

A crônica e a dimensão efêmera dos acontecimentos permitem que se lance um olhar sobre o que passou e, ao mesmo tempo, continua a ter relevância para os estudos literários e culturais. A cidade do Rio de Janeiro atraiu os olhares de vários escritores, desde o Romantismo, no século 19, principalmente. Retoma-se, portanto, neste artigo, estudos sobre o modo de representação da cidade nas crônicas de João do Rio, em *A alma encantadora das ruas*, numa possível e desejada interlocução com outras áreas de saber.

João Paulo Alberto Coelho Barreto (1881-1921), fontes registram João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Barreto, assinou grande parte de sua obra como João do Rio. Utilizou Claude, João de Oliveira e José Antônio José, entre outros pseudônimos, e pode ser considerado um dos maiores expoentes da crônica brasileira. O livro focalizado, *A alma encantadora das ruas*, publicado em 1908, reúne textos publicados pela Gazeta de notícias e



pela Revista Kosmos. Nesta Revista, exercia a função de editor o poeta Olavo Bilac, que propunha “fixar o estado moral, a ‘crise’ da existência carioca”^{II}. Sem suspiros românticos ou sentimentos abstratos, Bilac aponta a linguagem do realismo, prioriza a história e não a imaginação, numa tentativa de usar os artifícios da literatura aliados às técnicas jornalísticas e assim atrair leitores para a revista. O cronista João do Rio tudo percebe e registra, principalmente quando parece tomado por um sentimento de angústia, que aproxima leitores em tempos e lugares distintos, tornando-os companheiros de jornada.

A cidade do Rio de Janeiro atraiu populações migrantes em busca de oportunidades e melhores condições de vida. Nem sempre a expectativa vingou, como é o caso do processo de construção de moradias no centro da cidade, o morro da Providência. O termo “favela” foi trazido pelos “soldados estropiados chegados na cidade”^{III}, após a destruição de Canudos, em fins do século 19, o sertão dessa forma presentifica-se na cidade litorânea, desde inícios do século 20. O espaço citadino constituía um locus de atração para populações de migrantes de todos os lugares, do interior do estado e do país, os que vinham até do Oriente, como os chineses.

Pelo viés da densidade populacional, pela acentuação da pobreza e das condições miseráveis de vida dos que habitavam a cidade naquele período, destaca-se a atualidade das crônicas de João do Rio, um terreno fértil para refletir sobre a construção do espaço social nas cidades, tendo como premissas iniciais as análises apresentadas pelo urbanista norte-americano Mike Davis, tanto em seu livro Planeta favela^{IV}, quanto em seu artigo “Planeta de favelas – a involução urbana e o proletariado informal”^V. Davis conclui, entre várias análises produtivas e oportunas para a compreensão das cidades na atualidade, que o futuro da cidade é a favela, o que pode ser compreendido pela ambivalência, de um lado, a valorização da criatividade e resistência de populações marginalizadas; de outro, a decadência ou a involução dos processos de urbanização, incapazes de formular outras saídas para um contingente humano cada vez maior.

Em certa passagem do artigo, diante de uma inevitável conclusão, de certo modo sombria, a partir de estatísticas feitas sobre as realidades de várias cidades no mundo, Davis retoma trecho da prosa de Charles Dickens, de 1850, em “A December vision”: “Vi hostes inumeráveis, condenadas à escuridão e à sujeira, à pestilência, à obscenidade, ao sofrimento e à morte precoce.”^{VI}. As palavras de Dickens servem de âncora ao movimento de recuo de



Mike Davis ao retomar um fio estético que anuncia a cena contemporânea. Mais adiante, conclui Davis: “boa parte do mundo urbano corre de volta para a época de Dickens”^{VII}. Sem generalizar o que escreveu Davis, pode-se perguntar se boa parte do que acontece, hoje, na cidade do Rio de Janeiro não se encontra, em suas formas iniciais, nas crônicas de João do Rio.

Entre os objetivos de Mike Davis destaca-se o de esmiuçar e tornar discursivos os resultados expostos no relatório publicado pelo Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UM-Habitat), *The Challenge of the Slums*, a “primeira auditoria global acerca da pobreza humana”^{VIII}. À questão da pobreza em metrópoles de várias partes do mundo é significativo associar o que foi apresentado por João do Rio em suas crônicas, numa República ainda por fazer.

A personagem protagonista do livro *A alma encantadora das ruas* é a cidade do Rio de Janeiro, na época, centro político, comercial e populacional do país. Com as atividades de importação intensificadas no período, a cidade mescla influências da Europa e da América, num clima de euforia e consumismo de suas classes dirigentes. O caminho encontrado por João do Rio para tornar verossímil o que é apresentado em *A alma encantadora das ruas* é o da representação que transita da crônica de matriz realista a uma crônica com marcas do exagero e do disforme. As descrições do cenário urbano e dos ambientes não funcionam como meros ornamentos, tão pouco produzem o efeito regenerador do grotesco como ocorrera na Idade Média até o Renascimento, destaca Mikhail Bakhtin em seus estudos sobre Rabelais^{IX}.

Bakhtin questiona principalmente a designação de “arte ornamental”, enfatiza outros aspectos na obra de Rabelais, com destaque para o processo de “rebaixamento”. No entanto, segundo Kayser, na arte do grotesco há “(...) algo angustiante e sinistro em face de um mundo em que as ordenações de nossa realidade estavam suspensas”. Também há uma nítida “separação entre os domínios dos utensílios, das plantas, dos animais e dos homens, bem como da estática, da simetria, da ordem natural das grandezas”^X, o que é adequado à proposta deste artigo.



O disforme, portanto, em A alma encantadora das ruas, enfatiza movimentos de prospecção, torna visível e projeta sentidos que remetem a efeitos de longas durações no tempo, não apenas referindo-se ao que vê o cronista num determinado momento histórico.

A crônica urbana de João do Rio projeta a vivência de um pesadelo partilhado, numa representação construída, em termos discursivos, por um cronista que se faz acompanhar, em suas andanças pela cidade, de um amigo, o que imprime a suas palavras um caráter testemunhal e dialógico.

Crônica e cidadania

Nas palavras de Raúl Antelo, “o discurso da crônica, em João do Rio, é o discurso de uma minoria sem história que tenta contar a História.”^{XI}. Considerada uma “filha do jornal e da era da máquina”, conforme Antonio Candido, a crônica abriga e dissemina o transitório. Apesar de não ter nascido com o jornal, a filiação se deve ao fato de, apenas através desse veículo, tornar-se acessível a um expressivo número de leitores. Sobre a história do gênero ‘crônica’, Antonio Candido afirma que passou de “folhetim” ou “artigo de rodapé”, entrando pelo “tom ligeiro”, tendo também diminuído de tamanho.^{XII}

No entanto, em A alma encantadora das ruas, há uma cena de trabalho que se vislumbra no movimento de perambulação do repórter pela cidade. O olhar capta as personagens, sua condição humana e social, num contexto marcado pelas transformações que acentuam as privações. Assumidamente subjetivo (“Eu amo a rua”), o cronista constrói, gradualmente, a sensação de um coletivo humano que assume direito à voz: “Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agrêmia o amor da rua.”^{XIII}

A crônica, em termos de práticas discursivas e sociais, pode ser relacionada ao longo e inconcluso processo de construção de cidadania no país. José Murilo de Carvalho afirma que “A abolição incorporou os ex-escravos aos direitos civis. Mesmo assim, a incorporação foi mais formal do que real. A passagem de um regime político para outro em 1889 trouxe pouca



mudança.”^{XIV} Murilo de Carvalho conclui que os portugueses tinham construído um país com uma unidade territorial, linguística, cultural e religiosa, mas

(...) tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira. (...). Durante o período de 1822 a 1930, o historiador considera que “o fato mais negativo para a cidadania foi a escravidão.”^{XV}

Após a Abolição da escravatura, num país em que a religião católica (a oficial) não combatera a escravidão, pois “conventos, clérigos das ordens religiosas e padres seculares, todos possuíam escravos”^{XVI}, constata-se a presença de uma “tradição cultural distinta, que poderíamos chamar de ibérica, alheia ao Iluminismo libertário, à ênfase nos direitos naturais, à liberdade individual.”^{XVII} Os escravos libertos não conheceram escolas, não conseguiram terras para sustento próprio, muito menos trabalho ou ocupação digna. Em 1920, do total de habitantes de todo o país, apenas vinte e quatro por cento sabiam ler e escrever. Os adultos, masculinos, alfabetizados, os que tinham, portanto, direito ao voto, não passavam de um milhão.^{XVIII}

Na obra de Paul Ricoeur, Tempo e narrativa, o autor afirma que o “tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado ao modo narrativo; em compensação a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal.”^{XIX} Ao remeter às marcas das experiências, importa enfatizar o caráter híbrido da crônica de João do Rio, que se alimenta de matéria documental, mas se revela a partir da atitude ficcionista de seu autor, ao fazer uso do literário para produzir efeitos estetizantes, rasurando o documental.

A crônica propicia, também, a constituição entrecruzada da subjetividade privada e coletiva, tal como afirma Paul Ricoeur, em capítulo intitulado “Histoire et mémoire”^{XX}, tem-se a força da linguagem na mediação narrativa da memória privada^{XXI}. Se as crônicas em A alma encantadora das ruas remetem à experiência da temporalidade, há ênfase nos traços de decomposição ou de desagregação social, uma das chaves para a compreensão do vivido a partir também da espacialidade.



O Rio tem também as suas pequenas profissões exóticas, produto da miséria ligada às fábricas importantes, aos adelos, ao baixo comércio; o Rio, como todas as grandes cidades, esmiúça no próprio monturo a vida dos desgraçados. (...) Muito pobre diabo por aí pelas praças parece sem ofício, sem ocupação.^{XXII}

As crônicas configuram no tecido verbal uma cidade e seu território, têm-se, então, ocupações em processo de desaparecimento; objetos de venda; aspectos de habitações e do comércio nas ruas; as festas, como o carnaval; a prostituição; os menores trabalhadores; os menores abandonados; a mendicância; a fome, os crimes e a prisão. Durante as visitas à prisão, o cronista-repórter anota a aparência física e moral dos presos e inova ao considerar relevantes os versos por eles escritos.

Mudanças que correm para o passado

Em O direito à cidade, Henry Lefebvre, ao investigar as mudanças ocorridas na cidade de Paris, a partir de meados do século 19, afirma que a cidade de Paris “(...) entra então para a literatura, para a poesia, com uma potência e dimensões gigantescas”; argumenta que a “vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na Cidade. (...)”^{XXIII}

No mesmo período, no Rio de Janeiro que, segundo estudiosos como Fania Fridman foi “fundado para combater os franceses”^{XXIV}, o cenário é o de uma cidade que se desenvolve orientada não apenas pelo espontaneísmo reducionista dos interesses locais. Desde a vinda da família real, em 1808, com a presença de D. João VI na cidade que se faria conhecer como a capital tropical da Corte, a população aumentou drasticamente, acentuando-se com a passagem do tempo e a decadência das culturas de café no interior do Estado. Funcionou como um pólo de atração, um lugar onde se poderia ter acesso à cidade como se fosse um direito conquistado. Se com a Lei de Terras de 1850, marco do início da mercantilização do chão devoluto, “novos agentes produtores do espaço urbano carioca se constituíram”, rompido o “monopólio imobiliário religioso”^{XXV}, o ambiente de hostilidade contra a propriedade clerical foi atenuado com a Proclamação da República, “quando a Igreja se separou do Estado e as ordens religiosas transformaram-se em sociedades administradoras de seus bens.”^{XXVI} A



autora registra que, durante a Guerra do Paraguai, os delegados do “Imperador dirigiram-se às fazendas beneditinas com a proposta de os negros servirem como voluntários no exército”; o Mosteiro alforriou “todos os escravos que se alistaram no exército e foram libertados os filhos de escravas e aqueles com mais de cinquenta anos”. Em 1871, “todos os escravos (quatro mil em todo o Brasil), tornaram-se livres, antecipando-se em muitos anos à Lei Áurea”^{XXVII}, fato elucidativo para que se compreendam as relações entre a Igreja e o Estado ou o governo.

O Rio de Janeiro assume o lugar de centralidade política, cultural, econômica, notabilizando-se como “lugar de consumo e consumo de lugar”^{XXVIII}, mas a cidade apresentada por João do Rio, algumas décadas depois, é uma cidade lacunar, onde se expande a indigência social. Mas falta o direito à cidade ou o “direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (diferente do direito à propriedade), implicados no direito à cidade”^{XXIX}.

A “bela época carioca” (últimas décadas do século 19 e as primeiras décadas do século 20) imitou protocolos europeus, ao privilegiar a imagem de uma sociedade orientada pra o trabalho, ordenada, higiênica e bela, como haviam realizado as elites dirigentes em Paris e Viena. Não por acaso, portanto, o cronista dedica parte de suas crônicas às ocupações em processo de desaparecimento na cidade, as pequenas e já quase esquecidas profissões, um nicho de atividades em torno de migalhas.

- Mas, senhor Deus! É uma infinidade, uma infinidade de profissões sem academia! Até parece que não estamos no Rio de Janeiro... (...) - Coitados! Andam todos na dolorosa academia da miséria, e, vê tu, até nisso há vocações! (...) Outros abundam em pormenores e são um mundo de velhos desiludidos, de mulheres gastas, de garotos e de crianças, filhos de família, que saem, por ordem dos pais, com um saco às costas, para cavar a vida nas horas da limpeza das ruas.^{XXX}

Ocorre o que se pode denominar, com Loïc Wacquant, de violência vinda de cima, que resulta na desproletarização, na segregação e na estigmatização^{XXXI}, essa violência resulta em segregação, estigmatização, crime e prisão.



A crônica “Visões d’Ópio” reúne outras personagens, os chineses, num cenário que distingue ambientes pelos signos de horror, apresentados como quase inconcebíveis. João do Rio denuncia o quanto a cidade bela, ainda precariamente industrializada, caminha rapidamente rumo à degradação. Em um artigo, Carla Mary S. Oliveira menciona o “modo degradante através do qual os chineses eram vistos e tratados no Brasil, desde finais do período colonial até a época do “bota abaixo” de Pereira Passos, no Rio de Janeiro.”^{XXXII}. Para David S. Landes, o ópio foi levado à China pelos ingleses, tendo sido um “formador de mercado, tanto quanto formador de hábito.”^{XXXIII} Se o comércio de ópio chinês expandiu-se tanto, desde o século 18, deve-se também à expansão capitalista e aos seus métodos de exploração no trabalho, o torpor era necessário para atenuar a consciência do sofrimento.

Há um estranhamento, o efeito estético, que desloca a percepção do realismo da descrição para o aspecto disforme das personagens. Da paisagem bucólica da Rua de Santa Luzia, chega-se à cena central, que é só degradação:

A aragem rumorejava em cima a trama das grandes mangueiras folhudas, dos tamarindeiros e dos flamboyants, e a paisagem tinha um ar de sonho. (...) Entramos de esguelha, e logo a rótula se fecha num quadro inédito. O número 19 do Beco dos Ferreiros é a visão oriental das lôbregas bodegas de Xangai. (...) Em cada uma dessas mesas, do lado esquerdo, tremeluz a chama de uma candeia de azeite ou de álcool. (...) Há chins magros, chins gordos, de cabelo branco, de caras despeladas, chins trigueiros, (...) chins com a amarelidão da cera nos círios. (...)^{XXXIV}

O efeito é sinestésico e eficaz, entra-se no ambiente pela visão e pelo olfato: “O ambiente tem um cheiro inenarrável, os corpos movem-se como larvas de um pesadelo e essas quinze caras estúpidas, arrancadas ao bálsamo que lhes cicatriza a alma, olham-nos com o susto covarde de coolies espancados”. O cronista sofre, sente náuseas.

A treva da sala torna-se lívida, com tons azulados. Há na escuridão uma nuvem de fumo e as bolinhas pardas, queimadas à chama das candeias, põem uma tontura na furna, dão a imperiosa vontade de apertar todos aqueles pescoços nus e exangues, viscosos de cadáver onde o veneno gota a gota dessora.^{XXXV}



A cidade do Rio de Janeiro é cenário para mangueiras e flamboyants frondosos, quase bucólicos, mas cede lugar à “visão oriental das lôbregas bodegas de Xangai”. Há um gradual clima de enclausuramento além dos limites de nacionalidades, em que seres humanos são comparados às “larvas de um pesadelo”.

Entre os horrores vividos pelos chineses consta que, nos Estados Unidos, eram chamados coolies (“olham-nos com o susto covarde de coolies espancados”)^{XXXVI}, numa referência ao comportamento dócil, decorrência também de métodos cruéis de exploração capitalista. Mais uma vez, o processo vai do singular ao coletivo, pela ampliação dos atores ou personagens implicados, os que sucumbem à falta de perspectivas, numa paisagem com “um ar de sonho”.

Em “A fome negra”, mais uma vez, a presença de imigrantes, agora portugueses e espanhóis, em cenários de miséria e exploração: “É uma espécie de gente essa que serve às descargas do carvão e do minério e povoa as ilhas industriais da baía, seres embrutecidos, apanhados a dedo, incapazes de ter idéias. (...). Só têm um instinto: juntar dinheiro (...)”^{XXXVII}

A coisificação do homem torna-se inevitável, não há alternativas para aqueles que rebentam “como um doido, aos soluços, diante dos companheiros atônitos”^{XXXVIII}.

A cidade e o crime

As crônicas reunidas na parte final do livro reúnem os variados tipos de crimes, criminosos ou criminosas, de várias raças e idades, na prisão. Nesta, as vidas desfilam em seus cortejos de tragédias, destinos desafortunados e falta de perdão, enfermos de doenças mentais e os que sucumbem a todos os sonhos de ambição. Em “As quatro idéias capitais dos presos”, o cronista revela as “idéias e os estados da alma dos detentos”: a idéia monárquica, a crença em Deus, a imprensa, a liberdade.^{XXXIX} As quatro idéias resumidas pelo cronista fazem-no imaginar um utópico regime em que os presos governem o país. A configuração é monárquica, o discurso profético, quase messiânico: “(...) a mesma coisa que os governos normais – apenas com diferença da polícia na cadeia, como medida de precaução. Tanto as idéias do povo são idênticas, quer seja ele criminoso quer seja honesto!”^{XL}



As crônicas assumem uma função relevante, ao levar lembrança das ruas aos presos. Ao contrário das expectativas geradas pelo título (A alma encantadora das ruas), a euforia de tempos de beleza, a bela época carioca, do fetichismo e da ideologia da transformação, isto é, a “ideologia da modernidade”^{XLII}, as crônicas colocam em primeiro plano um solo estagnado de relações sociais e econômicas. Em algum momento na história de seus significados, o urbano ou cidadão representou alguma civilidade, organização e melhoria de vida, inclusive por se pressupor que, nas cidades, haveria mais condições de acesso à moradia e à educação.

Se não há horizontes possíveis na expectativa de uma urbanidade que não chega para a maioria das populações cidadinas, é previsível que a rua tenha como ápice uma casa de detenção. O crime é o passo previsível e esperado numa cena social em que tudo permanece como sempre esteve, cada coisa, cada homem em seu (não) lugar. Assim como as crônicas de João do Rio, o crescente processo de antagonização entre grupos sociais persiste, destaca-se um Estado que não fomentou a adequação de suas “estruturas, sua política às condições sociais e econômicas emergentes”^{XLIII}. Nas palavras de Murilo de Carvalho, até 1930, “não havia povo organizado politicamente, nem sentimento nacional consolidado. Era uma cidadania em negativo.”^{XLIII}. Em tempos de neoliberalismo, observa-se, hoje, uma brutal ascensão não da cidadania, mas sim de consumidores, desde que não contrariem os rumos e interesses das corporações capitalistas.

Entre as idéias capitais dos detentos, a presença de símbolos e ideário monarquistas, nos corpos tatuados e nos versos compostos, atesta que o povo não tem lugar, nem no Império, nem na República. Longe de assumir a apatia ou a indiferença ao que acontece, a população, singularizada em personagens nas crônicas de João do Rio, persiste e inventa formas de sobrevivência, hoje, nas primeiras décadas do século 21, como uma das últimas formas de resistência, como nos diz Mike Davis, ao capitalismo. Se, como disse Mike Davis, boa parte do mundo urbano “corre de volta” para a “época de “Dickens”^{XLIV}, pode-se afirmar que o que acontece imprime vida e movimento às crônicas de João do Rio, não restritas a um passado remoto. A cidade rasurada em que o crime é o que está para vir encontra-se em qualquer cenário urbano, e parece rumar em direção a um passado que não cessa de se acontecer.



Notas

I A primeira versão deste trabalho foi apresentada no Simpósio Regional de História Social do Território, promovido pelo PPGHS, UERJ-FFP, em 2008. Doutora em Teoria Literária (UFRJ); professora adjunta, leciona Literatura Brasileira e Literaturas Africanas em Língua Portuguesa nos cursos de Letras (graduação); leciona no Mestrado em História Social da FFP-UERJ, Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

II OLIVEIRA, Ana Lúcia Machado de; GENS, Rosa Maria de C.. “Flanando pela alma encantadora das ruas”. In: RIO, João do. A alma encantadora das ruas. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1987, p. IX-XII.

III MOURA, Roberto, Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro, p. 39.

IV DAVIS, Mike. Planeta favela. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

V DAVIS, Mike. “Planeta de favelas – a involução urbana e o proletariado informal”. Documento eletrônico disponível em: <<http://www.newleftreview.org/getpdf?NLR26001&pdflangup>>. Acesso em 30/03/2011.

VI DAVIS, Mike, 2011.

VII DAVIS, Mike, 2011.

VIII DAVIS, Mike, 2011.

IX BAKHTIN, Mikhail, 1987.

X KAYSER, Wolfgang, O grotesco, 1986, p. 20.

XI ANTELO, Raúl. “João do Rio = Salomé”, in: CANDIDO, Antonio et al., 1992, p. 153-164.

XII CANDIDO, Antonio et al., Acrônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil, 1992, p. 15.

XIII RIO, João do, A alma encantadora das ruas: crônicas, 1987, p.3.

XIV CARVALHO, José Murilo de, Cidadania no Brasil, 2002, p. 17.

XV CARVALHO, José Murilo de, Cidadania no Brasil, p. 18-19.

XVI CARVALHO, José Murilo de, Cidadania no Brasil, p. 50.

XVII CARVALHO, José Murilo de, Cidadania no Brasil, p. 51.

XVIII CARVALHO, José Murilo de, Cidadania no Brasil, p. 65.

XIX RICOEUR, Paul, Tempo e narrativa, 1994, p. 15.

XX RICOEUR, Paul, “Histoire et mémoire”, in: BAECQUE, Antoine; DELAGE, Christian (dir.). De l’histoire au cinema, 1998, p. 18.

XXI RICOEUR, Paul, Tempo e narrativa, p. 19-20.

XXII RIO, João do, A alma encantadora das ruas: crônicas, p. 24.

XXIII LEFEBVRE, Henry, O direito à cidade, 2001, p. 15-16.

XXIV FRIDMAN, Fania, Donos do rio em nome do rei, 1999, p. 16.

XXV FRIDMAN, Fania, Donos do rio em nome do rei, p. 49.

XXVI FRIDMAN, Fania, Donos do rio em nome do rei, p. 74.



- XXVII FRIDMAN, Fania, Donos do rio em nome do rei, p. 73.
- XXVIII LEFEBVRE, Henry, O direito à cidade, 2001, p. 130.
- XXIX LEFEBVRE, Henry, O direito à cidade, p. 135.
- XXX RIO, João do, A alma encantadora das ruas: crônicas, p. 24-25.
- XXXI WACQUANT, Loïc, Os condenados da cidade, 2001, p. 29.
- XXXII OLIVEIRA, Carla Mary S. de, “Migração, etnicidade e identidade no Brasil”, in: Caos Revista Eletrônica de Ciências Sociais, 2001, p. 1-2.
- XXXIII LANDES, David S., A riqueza e a pobreza das nações, 1992, p. 170-171.
- XXXIV RIO, João do, A alma encantadora das ruas: crônicas, p. 63.
- XXXV RIO, João do, A alma encantadora das ruas: crônicas, p. 63.
- XXXVI RIO, João do, A alma encantadora das ruas: crônicas, p. 61.
- XXXVII RIO, João do, A alma encantadora das ruas: crônicas, p. 114.
- XXXVIII RIO, João do, A alma encantadora das ruas: crônicas, p. 117.
- XXXIX RIO, João do, A alma encantadora das ruas: crônicas, p. 163.
- LX RIO, João do, A alma encantadora das ruas: crônicas, p. 163.
- XLI LEFEBVRE, Henry, O direito à cidade, 2001, p. 141.
- XLII WACQUANT, Loïc, Os condenados da cidade, 2001, p. 195.
- XLIII CARVALHO, José Murilo de, Cidadania no Brasil, 2002, p. 83.
- XLIX Documento eletrônico disponível em <<http://www.newleftreview.org> getpdf="NLR26001&pdflangup">. Acesso em 30/03/2011.

Referências bibliográficas e digitais

- ANTELO, Raúl. “João do Rio = Salomé”. In: CANDIDO, Antonio et al. **A crônica: o gênero, sua fixação e transformações no Brasil**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 153-164.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento no contexto de François Rabelais**. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- CANDIDO, Antonio et al. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas/São Paulo: Ed. UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 13-22.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. 2e. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.



- DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DAVIS, Mike. “**Planeta de favelas – a involução urbana e o proletariado informal**”. <[http://www.newleftreview.org_getpdf="NLR26001&pdflangup"](http://www.newleftreview.org_getpdf=)>. Acesso em 30/03/2011.
- FRIDMAN, Fania. **Donos do rio em nome do rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. 2e. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Garamond, 1999.
- KAYSER, Wolfgang. **O grotesco. Configuração na pintura e na literatura**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- LANDES, David S. **A riqueza e a pobreza das nações: porque algumas são tão ricas e outras são tão pobres**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1995.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia Machado de; GENS, Rosa Maria de C. “**Flanando pela alma encantadora das ruas**”. In: RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Idem, p. IX-XII.
- OLIVEIRA, Carla Mary S. de. “**Migração, etnicidade e identidade no Brasil**”. In: *Caos Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. João Pessoa, Paraíba, n. 3, dez. 2001.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. V.1. Trad. Constança Marcondes Cesar. São Paulo: Papyrus, 1994.
- RICOEUR, Paul. “**Histoire et mémoire**”. In: **BAECQUE, Antoine; DELAGE, Christian (dir.). De l’histoire au cinema**. Bruxelas: Complexe, 1998, p. 18.
- RIO, João do. **A alma encantadora das ruas: crônicas**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987.
- WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade. Estudos sobre marginalidade avançada**. Trad. João Roberto Martins Filho et al. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.